

ESCOLHAS DIFÍCEIS

Construir ou não a barragem do Sabor é uma decisão difícil, pois qualquer das soluções terá impactes ambientais negativos

A divulgação antecipada do parecer negativo do Instituto de Conservação da Natureza, dado no quadro de um estudo de impacte ambiental, à construção da barragem do Sabor visou pressionar e condicionar a comissão que o está a apreciar. É normal e faz parte da democracia mediática em que vivemos. E até é positivo, pois permite alargar a discussão pública. Mas deve também ser tomado apenas pelo seu valor facial: um parecer entre os vários que terão de ser levados em conta. No final, será necessário decidir, e a decisão será difícil.

Os valores defendidos nesse parecer são os da conservação da natureza. Com formação de biólogo, sou particularmente sensível a esses valores e sei como são raros, mesmo muito raros, os habitats que a barragem, a ser construída, destruirá, assim como preciosas as espécies que porá em risco. Mas como também sou um cidadão com preocupações ambientais sei que a protecção das espécies e dos habitats não é o único valor a ter em consideração: é necessário também

Editorial

garantir que o país passa a consumir mais energias renováveis e menos energias fósseis, por causa do efeito de estufa. O que obriga a construir barragens. Daí que a decisão sobre a barragem do Sabor não seja fácil. Do ponto de vista dos aproveitamentos hidroeléctricos ainda possíveis de desenvolver no país, trata-se de um dos melhores, se não o melhor e o que terá mais impacte na produção de electricidade — logo construí-lo é importante para cumprirmos o Protocolo de Quioto; do ponto de vista de um conservacionista, erguê-lo é um desastre. Existe alternativa? Existe, mas é pior para a produção de electricidade: uma barragem no Alto Côa. Isto se nos esquecermos da barragem de Foz Côa, a tal que foi parada em 1995 e que era melhor do ponto de vista dos objectivos de Quioto (era mais eficiente para a produção de electricidade) e não afectava habitats naturais tão importantes. Em contrapartida “afogava” as gravuras rupestres e alguns dos melhores terrenos de produção de vinho do vale do Douro.

Por outras palavras: todas as alternativas têm defeitos e impactes negativos graves. Só que é necessário escolher. É isso que vai ter de fazer a comissão encarregue de dar um parecer sobre o Estudo de Impacte Ambiental e, depois, o Governo.

Convém por isso que a discussão, daqui até lá, não seja reduzida à demagogia. Por um lado, é intolerável o discurso dos que atacam os ambientalistas, acusando-os de quererem fazer do interior um “museu” desertificado, como têm feito alguns autarcas da região. Mas os ambientalistas também devem ser realistas e compreender que não há milagres e que nenhuma política de conservação da energia, por mais necessária e importante que seja (e por mais justo que seja combater o desprezo a que é votada pelas autoridades), evitará que, para limitarmos a emissão de gases produtores de efeitos de estufa, tenhamos de construir mais barragens e multiplicar o número de parques eólicos. Barragens e parques eólicos que têm sempre algum impacte ambiental, onde quer que sejam construídos.

O segredo da governação é encontrar o bom compromisso, ouvir os diferentes argumentos, zelar pelo interesse comum e tomar a melhor decisão. Tendo consciência de que já não há soluções óptimas disponíveis.

Por mim, para ter opinião, preciso de ouvir mais argumentos de todas as partes e melhor fundamentados. Mesmo sabendo de que lado bate o meu coração. JOSÉ MANUEL FERNANDES

JN
30/04/2004
MONCORVO

Parecer do ICN não surpreende autarca

■ O presidente da Câmara Municipal de Moncorvo, Aires Ferreira, não ficou surpreendido com o parecer do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), que dá conta de leis comunitárias que impedem a autorização da construção da barragem do Baixo Sabor, segundo a edição de ontem do “Diário de Notícias”. Segundo o documento, o governo não só travaria o actual projecto da EDP, como impediria a construção de qualquer grande aproveitamento hidro-eléctrico. E aponta como alternativa a barragem do Alto Côa. Bárbara Fráguas, da plataforma Sabor Livre, diz-se “surpreendida mas satisfeita”.

Aires Ferreira opina que o importante é o relatório da Comissão de Avaliação do EIA e não o parecer do ICN. O ministro do ambiente, Amílcar Theias, disse ontem que o parecer “não é determinante, nem vinculativo”. Bárbara Fráguas afirma que, mesmo assim, é um argumento “que pesa para a não construção da barragem” e que pode ser utilizado para “uma queixa à Comissão Europeia e aos tribunais administrativos”.

Eduardo Pinto